

XIV - licença:  
a) à gestante, à adotante e à paternidade;  
b) para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família, com remuneração;  
c) prêmio por assiduidade;  
d) por motivo de acidente em serviço, agressão não-provocada ou doença profissional;  
e) para concorrer a mandato eletivo federal, estadual ou municipal;  
f) para desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção por merecimento;  
g) para qualificação profissional;  
h) especial para fins de aposentadoria;  
XV - moléstia, devidamente comprovada por atestado médico, até 3 (três) dias por mês, mediante pronta comunicação à chefia imediata;  
XVI - participação em assembléia e atividades sindicais;  
XVII - convocação para serviço militar ou outros serviços por lei obrigatórios;  
XVIII - disponibilidade remunerada.

Art. 79. O tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado à administração pública direta e indireta, inclusive fundações de direito público, será computado integralmente para fins de gratificações e adicionais por tempo de serviço, aposentadoria e disponibilidade.

Art. 80. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Municípios, em autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Art. 81. Computar-se-á, para efeitos de aposentadoria, o tempo de contribuição, na forma da lei.

CAPÍTULO XVIII  
DA REMUNERAÇÃO  
Seção I  
Dos Vencimentos

Art. 82. Os vencimentos dos cargos da carreira de Auditor do Estado são constituídos de uma parte básica e de uma parcela variável, sendo-lhes aplicáveis, respectivamente, as disposições do art. 5.º, do art. 6.º e seu inciso I e do art. 9.º-A da Lei Complementar n.º 10.933, de 15 de janeiro de 1997, e alterações.

Parágrafo único. A parcela variável dos vencimentos sempre será calculada de acordo com o cumprimento das metas institucionais da Secretaria da Fazenda definidas no Planejamento Estratégico, integrantes dos programas de fiscalização, cobrança, monitoramento e controle do gasto público.

Art. 83. O valor da parte básica de que trata o artigo anterior será atribuído por lei ao cargo da classe inicial da carreira, do qual derivarão os das demais classes, obedecidos, para seu cálculo, fatores de multiplicação, em escalonamento vertical.

Parágrafo único. O escalonamento do vencimento dos integrantes da carreira de Auditor do Estado observará a seguinte correspondência:

I - Auditor do Estado	classe A	100;
II - Auditor do Estado	classe B	106;
III - Auditor do Estado	classe C	111;
IV - Auditor do Estado	classe D	116;
V - Auditor do Estado	classe E	121.

Seção II  
Das Vantagens Pecuniárias

Art. 84. Além dos vencimentos, aos Auditores do Estado poderão ser concedidas as seguintes vantagens pecuniárias:  
I - gratificações especiais:  
a) de direção e de assessoramento;  
b) de substituição;  
II - avanços;  
III - adicional por tempo de serviço;  
IV - gratificação de férias;  
V - gratificação natalina;  
VI - diárias;  
VII - ajuda de custo;  
VIII - auxílio-moradia;  
IX - abono familiar;  
X - auxílio-funeral;  
XI - gratificação de permanência em serviço;  
XII - outras gratificações estabelecidas em lei.

Seção III  
Das Gratificações Especiais

Art. 85. Terão direito à gratificação de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 84, os Auditores do Estado no exercício, na Secretaria da Fazenda, de funções de direção e de assessoramento, nos termos da lei.

Parágrafo único. O Auditor do Estado designado para substituir o detentor de gratificação de direção perceberá a gratificação correspondente na proporção dos dias de efetiva substituição iguais ou superiores a 10 (dez) dias consecutivos.

Art. 86. O Auditor do Estado, quando exercer a acumulação de suas funções com as de outro cargo da carreira, ainda que parcialmente, perceberá, a título de gratificação de que trata a alínea “b” do inciso I do art. 84, até o limite de um 1/3 (um terço) do vencimento de seu cargo por período mensal de substituição, proporcionalmente à extensão das atribuições assumidas, nos termos do regulamento.

§ 1.º O Auditor do Estado que fizer jus à gratificação prevista no “caput” a perceberá na proporção dos dias de efetiva substituição, se em período inferior a 30 (trinta) dias.

§ 2.º Em nenhum caso poderá ocorrer percepção simultânea de mais de 2 (duas) gratificações de substituição por Auditor do Estado.

Seção IV  
Dos Avanços

Art. 87. Os Auditores do Estado perceberão automaticamente avanços na forma da lei, que incidirão sobre a parte básica do vencimento do respectivo cargo.

Seção V  
Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 88. O Auditor do Estado perceberá automaticamente, ao completar 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, respectivamente, o adicional de 15% (quinze por cento) e de 25% (vinte e cinco por cento), que incidirá sobre a parte básica do vencimento de seu cargo.

Parágrafo único. A concessão do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) fará cessar o de 15% (quinze por cento), anteriormente concedido.

Seção VI  
Da Gratificação de Férias

Art. 89. A remuneração correspondente às férias será acrescida de gratificação de 1/3 (um terço).

Parágrafo único. O pagamento da remuneração mensal, juntamente com a gratificação de férias, será efetuado antecipadamente ao Auditor do Estado que o requerer.

Seção VII  
Da Gratificação Natalina

Art. 90. Será concedida ao Auditor do Estado que esteja no desempenho de suas funções uma gratificação natalina correspondente à sua remuneração integral devida no mês de dezembro.

§ 1.º A gratificação de que trata este artigo corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que fizer jus o Auditor do Estado no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício, considerando-se as frações iguais ou superiores a 15 (quinze) dias como mês integral.

§ 2.º O pagamento da gratificação natalina será efetuado até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

§ 3.º A gratificação natalina é devida ao Auditor do Estado afastado de suas funções sem prejuízo da remuneração e demais vantagens.

§ 4.º O Auditor do Estado exonerado terá direito à gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada na forma do § 1.º, sobre a remuneração do mês da exoneração.

§ 5.º É extensiva aos inativos a percepção da gratificação natalina, cujo cálculo incidirá sobre as parcelas que compõem seus proventos.

Seção VIII  
Das Diárias

Art. 91. O Auditor do Estado que se deslocar temporariamente de sua sede em objeto de serviço, terá direito a diárias, pagas antecipadamente e fixadas em ato do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 1.º A diária será para cobertura de despesas de alimentação e hospedagem e no valor de até 1/40 (um quarenta avos) da parte básica do vencimento da classe E.

§ 2.º Quando se tratar de deslocamento para fora do Estado, o valor da diária corresponderá a até o quádruplo do previsto no parágrafo anterior.

Seção IX  
Da Ajuda de Custo

Art. 92. Ao Auditor do Estado, por ocasião da lotação inicial, de promoção ou de remoção compulsória, será paga uma ajuda de custo destinada ao ressarcimento de despesas de viagem, mudança e instalação no valor correspondente aos vencimentos do cargo que deva assumir.

§ 1.º Na hipótese de não haver mudança na residência do Auditor do Estado, não será paga a ajuda de custo.

§ 2.º A ajuda de custo será paga antes da mudança do Auditor do Estado, e restituída, devidamente atualizada, caso a mudança não se efetive.

Seção X  
Do Auxílio-Moradia

Art. 93. Ao Auditor do Estado designado para ter exercício fora do Estado será pago auxílio-moradia com a função de ressarcimento de despesa com aluguel de residência, a ser fixado em lei, não excedente a 15% (quinze por cento) dos vencimentos da Classe E do cargo.

Seção XI  
Do Abono Familiar

Art. 94. Ao Auditor do Estado ativo ou inativo será concedido abono familiar nos termos do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.

Seção XII  
Do Auxílio-Funeral

Art. 95. Ao cônjuge sobrevivente ou companheiro, ou em sua falta, aos herdeiros do Auditor do Estado, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago auxílio-funeral por ocasião do óbito, equivalente aos vencimentos do cargo titulado ou daquele em que se deu a inativação.

Parágrafo único. Aquele que, na falta das pessoas enumeradas no “caput”, houver custeado o funeral do Auditor do Estado será indenizado da despesa comprovada, limitada ao montante a que se refere este artigo.